



O PISO NACIONAL DO MAGISTÉRIO, O SETOR PRIVADO NA BAHIA E A LUTA SINDICAL: NOTAS NECESSÁRIAS

Salvador-Ba, 17 de janeiro de 2023.

Professoras e Professores,

no dia 16 de janeiro, o Ministro da Educação, Camilo Santana, assinou Portaria que **eleva o Piso Nacional do Magistério Público dos atuais R\$ 3.845,63 para R\$ 4.420,55, num reajuste de cerca de 15%**. Fazendo uma conta pouco precisa, porque há outros fatores, é possível dizer que o valor da hora-aula do magistério público nacional na Educação Básica, por 180 horas mensais, passa a ser de **R\$ 24,56**.

Na canção de nome "*Fora da ordem*", Caetano Veloso diz que "*aqui tudo parece que ainda é construção e já é ruína*". Saudamos, neste momento, a elevação e a própria existência do piso nacional do magistério público – é algo muito positivo, considerando as circunstâncias históricas –, mas, ao mesmo tempo, é revelador da nossa tragédia. Pouco menos de R\$ 4,5 mil Reais para a grandeza, a importância social e estratégica do trabalho docente, é muito pouco e muito aquém do que se poderia chamar de justo, algo que seria de 4 a 5 vezes este valor, ou tal como algumas carreiras de Estado, com vencimentos acima dos R\$ 30 Mil mensais.

Infelizmente, no Brasil e em outros muitos lugares, nos acostumamos com a ideia de que há categorias "*ungidas*" com toda pompa e benesses, para as quais não vemos, como sociedade, problema em custarem o custam, ganharem o que ganham, como se fossem "*escolhidos*", mas aceitamos a ideia de que a docência é um sacerdócio que a tudo deve se submeter em nome da sua missão. Nada mais anacrônico, enganador, perverso e sabotador do progresso social ao mesmo tempo.

No entanto, mais que fazer essas breves observações, cabe registrar a tragédia do setor privado, em especial na Bahia, e apontar questões que carecem de debate e ação. Para isto, algumas notas necessárias:

- 1. A hora-aula de piso na Educação Básica privada na Bahia é de vexaminosos R\$ 8,49**, ou seja, algo como 30% do que estabelece o Piso Nacional. No Ensino Superior, o patronal nunca permitiu que colocássemos uma hora-aula de piso na Convenção Coletiva de Trabalho - uma das piores, senão a pior do Brasil. Neste setor, não raro, há horas-aulas inferiores a R\$ 20,00. No Rio de Janeiro, por exemplo, o piso do Ensino Superior é superior a R\$ 60,00 e ele é pago por muitas instituições que atuam também na Bahia, mas pagando significativamente menos.
- 2. Para o ano de 2023, o SINPRO-BA já garantiu, na CCT da Educação Básica, ainda que de forma parcelada, a reposição integral do INPC acumulado entre maio/2021 e abril/2023.** Hoje, já há um acumulado de **12,56%**, restando os índices de janeiro a abril deste ano. Em 2022, garantimos 10,24% relativos a maio/2019 a abril/2021. **No Ensino Superior, depois de 4 anos sem reajustes, a reposição conseguida foi de míseros 2,5% mais abono, relativos a 2021, e 3,53%, em setembro do 2022, quando o patronal do setor sequer se dignou a sentar à mesa para negociar com o SINPRO-BA.**
- 3. Apesar dos alertas e chamamentos feitos pelo Sindicato, não houve adesão da categoria, sobretudo do Ensino Superior, para discutir a situação e traçar planos de ação para enfrentamento e luta. Quando não há avanços na garantia de direitos e melhorias salariais, é necessário buscar compreender as razões para isto.** Todas elas se relacionam com a pouca disposição coletiva para o enfrentamento. Coletiva aí engloba a todos os envolvidos e interessados no processo. Todos!



4. **Este problema é de todos nós. É preciso compreender o sindicato como uma existência coletiva. Sem a categoria, apenas o trabalho de diretoria não é suficiente para conquistar melhorias, ainda que, historicamente, muitas conquistas tenham derivado do trabalho, às vezes sem apoio, da diretoria sindical.** Com a queda brutal de arrecadação após a reforma trabalhista e o fim da obrigatoriedade do imposto sindical – **que vamos buscar conscientizar o trabalhador da importância de contribuir em 2023** –, está cada vez mais difícil fazer sindicalismo, que requer estrutura e financiamento. Precisamos de sindicalizados contribuintes em número muito superior ao que temos hoje, ou o SINPRO-BA corre o risco real de fechar as portas.
5. **Em 2022, por exemplo, e para se ter melhor conhecimento, 82% do uso da estrutura do SINPRO-BA se deu para atender aos não-sindicalizados, professoras/professores que não contribuem com um centavo sequer para a manutenção do sindicato, mas que demandam nossa atenção, esforço, trabalho e investimento, pois a esmagadora maioria dos atendimentos de diretoria e funcionárias se faz para este grupo.** Tudo isto é pago pelos sindicalizados, que são cada vez em menor número. A conta não fecha! Temos, hoje, menos de 10% da categoria sindicalizada. A arrecadação é insuficiente para manter a estrutura e os cortes vêm ocorrendo desde o início de 2018. **Tínhamos 13 funcionários e 6 assessores, além de 12 diretores disponíveis para as demandas da categoria, num sindicato de base estadual, com sede em Salvador e seções em Feira e Vitória da Conquista.** O SINPRO-BA sobreviveu este tempo todo porque em anos anteriores a 2018 soube economizar dinheiro e nos posteriores soube administrar o que restou. **Mas economias que não são repostas na mesma proporção do seu uso, acabam. E elas acabaram!** Em 2023, nos seus 60 anos, com a posse da diretoria para novo mandato, o SINPRO-BA passará por nova e grande redução de estrutura (**teremos apenas uma assessora e sete diretores para dar conta das mesmas obrigações e trabalhos de sempre, porque isto não mudou; nada mais!**), o que prejudica a própria categoria, porque redução de estrutura significa menos capacidade de atender às demandas e de fazer o trabalho político de organização, mobilização e enfrentamento. A reflexão sobre isto é urgente e necessária. **Se, como professora/professor, você acha que isto não lhe diz respeito ou até acha bacana, estamos mal, estamos péssimos!**
6. **Em 1º de fevereiro, com toda dificuldade, uma nova gestão se inaugura no SINPRO-BA. Seus pilares de luta serão:**
- valorização docente, com discussão ampla sobre o piso ao longo de 2023 para a próxima negociação, em 2024, onde não será mais tolerado o argumento de que a melhoria do piso pode significar o fechamento de escolas muito pequenas – chega!;
 - retomada do contato com a base, com visitas e reuniões, presenciais e virtuais;
 - interiorização do sindicato com ampliação do diálogo, da atuação e da participação no e do interior do estado;
 - discussão sobre as grandes escolas (disparidade entre o que se cobra nas mensalidades e o que se paga e se exige do professorado, além de assédio e outras questões);
 - debate amplo e profundo sobre o Ensino Superior privado, sua precarização e desvalorização absoluta, com o estabelecimento de uma agenda de debates e mobilizações;
 - discussão sobre mercantilização e financeirização da Educação, entendendo seus riscos.

O SINPRO-BA faz 60 anos em 2023 e seguirá no seu compromisso histórico com a categoria, mas precisamos de vocês, professoras e professores, como poucas vezes nesta já longa história.

E aí, vamos juntos?

**DIRETORIA COLEGIADA
SINPRO-BA**